



I - Relatório de Gestão



mourão
MUNICÍPIO



Índice

Índice	1
Nota de Abertura do Presidente	2
1 Introdução	3
1.1 Nota Introdutória.....	3
1.2 Estrutura política	4
1.4 Recursos Humanos	6
1.5 Enquadramento Macroeconómico.....	9
2 Relato Orçamental.....	10
2.1 Orçamento.....	10
2.2 Receita Orçamental	11
2.3 Despesa Orçamental.....	19
2.4 Compromissos / Fundos disponíveis	24
2.5 Execução das Grandes Opções do Plano	26
2.6 Indicadores Orçamentais.....	30
3. Relato financeiro	31
3.1 Análise ao Balanço.....	32
3.2 Análise à Demonstração de Resultados	34
3.3 Disponibilidades	35
3.4 Indicadores Económico-Financeiros.....	35
3.5 Endividamento Municipal.....	35
4. Contabilidade de Gestão	37
5. Proposta de Aplicação de Resultados	41
6. Acontecimentos após a data de relato.....	41



Nota de Abertura do Presidente

É pela terceira vez que prestamos contas no presente mandato e é com particular satisfação que o fazemos. A evolução dos resultados ao longo destes anos é constante e positiva, consubstanciando-se numa estratégia claramente vencedora.

A súpula de documentos ao qual junto estas minhas notas prévias, são o trabalho aturado e minucioso, essencialmente técnico, que demonstra todo o movimento, resultados e engenho financeiro subjacente à atividade municipal do ano transato.

A Lei obriga à clareza dos números e nós assim fizemos. Os dinheiros públicos merecem-nos esse rigor.

Objetivamente, uma avaliação cuidada destes resultados reflete uma gestão sustentada e a ousadia do impulso necessário à boa administração. É um ano de consolidação financeira, cumprindo-se o equilíbrio orçamental.

A alocação do saldo de gerência de quase 1M€ e ainda os meios financeiros libertados por força da manutenção de um nível elevado da poupança corrente, espelham o Município investidor que somos.

Outro fator sintomático desta acertada gestão autárquica são a redução do passivo, mesmo com o alto nível de investimento, continuamos a reduzir sustentadamente a dívida a médio longo prazo. O Município de Mourão cumpre todos os limites previstos no artigo 52º do RFALEI (lei 73/2013, de 3 de setembro), deixando de estar sob alerta precoce e, irremediavelmente longe, dos tempos de enorme asfixia e inércia financeira verificados com a assinatura do PAEL em 2013.

No início deste mandato o prazo médio de pagamento a fornecedores fixava-se nos 23 dias. Hoje o prazo médio é de 5 dias!

Ora, particularmente, estes dados satisfazem-me mais que qualquer outro. Revelam que a estratégia para o nosso principal eixo está a resultar plenamente. Revelam que o desenvolvimento económico ligado ao potencial do Concelho é cada vez mais pujante.

Presido a um Município que vem mostrando um desenvolvimento muito interessante. Muito na sintonia das nossas Mourão, mostra cada vez mais “vontade” de crescer. Basta olhar à nossa volta!

Tal como vimos dizendo desde o início, “queremos um município sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais”. A positividade destas contas são mais um passo afirmativo no sentido desse sucesso.



Em síntese

Na gestão da CMM em 2024 mantivemos uma determinada aposta na sua capacitação, com mais e melhor trabalho, cumprindo o compromisso assumido com os Cidadãos, gerindo com rigor, seriedade e transparência.

Pelo balanço muito positivo do ano de 2024, se faz aqui nota de agradecimento a Todos os que deram contributo, Funcionários, Empresas prestadoras de bens e serviços, Entidades Públicas e Privadas, Cidadãos.

1 Introdução

1.1 Nota Introdutória

Considerando a obrigatoriedade do órgão executivo apresentar, nos termos da alínea I) do nº.1 do art.º33, da Lei nº75/2013 de 12 setembro, os documentos de prestação de contas do Município à Assembleia Municipal para a sua apreciação e votação em conformidade com o disposto na alínea I) do nº.2 do art.º25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, procedeu-se à elaboração do presente relatório, bem como do anexo às demonstrações financeiras que, para além de cumprir o estipulado pela Lei, irá analisar a execução da situação económica, financeira e patrimonial do Município de Mourão, bem como a execução do seu orçamento e do plano plurianual de investimentos ocorrido ao longo do ano económico de 2024.

Os Documentos de Prestação de Contas têm por base os seguintes normativos:

- A NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, a NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental e o Modelo Único da Prestação de Contas da UNILEO (Unidade Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental);
- O Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho;
- A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, abrem caminho à reforma da gestão pública;
- A Instrução n.º 1/2019 - Prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC); e
- Resolução n.º 4/2024 de 23 de dezembro - Prestação de contas relativas ao ano de 2024 e gerências partidas de 2025.

A reforma da contabilidade e contas públicas surge no contexto da necessidade de revisão do modelo de gestão das finanças públicas, visando colmatar um conjunto de fragilidades do anterior modelo (comparabilidade europeia das contas publicas)



O novo SNC-AP visa promover a harmonização contabilística, fomentando o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas, contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação e relato orçamental e financeiro das entidades públicas.

Iniciado o desafio em 2020, com a implementação de um novo normativo contabilístico, baseado no princípio do acréscimo e da substância sob a forma e com novos conceitos, como o de controlo de ativo, por exemplo., no 4º ano de implantação do novo normativo o Município de Mourão dá seguimento, apresentando os documentos de prestação de contas em conformidade com o novo sistema contabilístico.

Por força da aprovação (SNCAP), as entidades autárquicas passaram a adotar obrigatoriamente um novo enquadramento de contabilidade pública, o qual se materializou numa alteração das regras e normas de registo contabilístico.

De acordo com o previsto no ponto 11 do n.º 46 da NCP 26 (Contabilidade e Relato Orçamental) aprovada no referido decreto-lei, as demonstrações de relato a elaborar e a apresentar são a demonstração do desempenho orçamental, as demonstrações de execução orçamental (da receita e da despesa), a demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e os anexos às demonstrações orçamentais.

Também em conformidade com ponto 14 do n.º 6 da NCP 1 (Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras), as componentes das demonstrações financeiras devem incluir o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração de fluxos de caixa, bem como um conjunto de anexos às referidas demonstrações financeiras compreendendo estes um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

O presente relatório analisa os recursos humanos, situação orçamental e económico-financeira do Município no ano de 2024.

1.2 Estrutura política

A estrutura política assenta em dois órgãos representativos: a Câmara Municipal, com funções executiva, e a Assembleia Municipal, com funções de apreciação e fiscalização da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal de Mourão é constituída por 18 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente e 3 por inerência, por via do cargo de Presidente das três Juntas de Freguesia.

A Câmara Municipal é constituída por 5 membros, 1 Presidente e 4 Vereadores.

Presidente: João Filipe Cardoso Fernandes Fortes

Vice-Presidente: Maria Luísa Poupinha Ralo



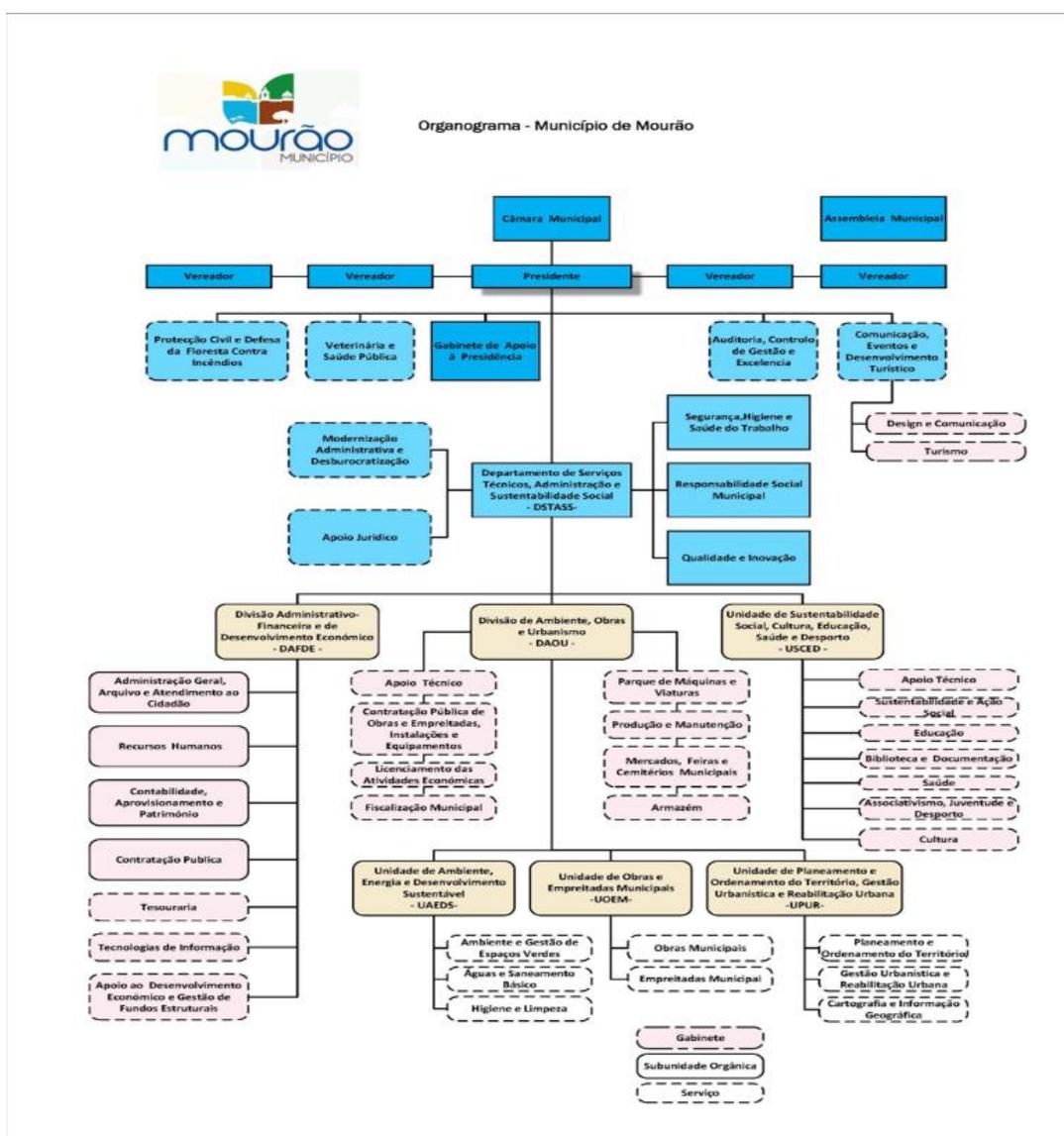
Vereador: Ana Filipa Ramalho Bibiu Farias

Vereador: Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

Vereador: Manuel Francisco Godinho Carrilho

1.3 Estrutura Organizacional

No exercício de 2024, a estrutura orgânica do Município de Mourão encontrava-se definida nos termos de nos termos da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprovada em reunião de Câmara no dia 26 de setembro de 2022 e de Assembleia Municipal no dia 30 de setembro de 2022.





1.4 Recursos Humanos

O Município, aprovou em reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2023 e em sessão de Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2023, o mapa de pessoal para 2024.

No final de 2024, o número de trabalhadores ao serviço foi de 170 trabalhadores.

Quadro n.º 1 - N.º Trabalhadores por carreiras

Carreiras/Categorias	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes/Intermédios	1	1	2
Técnico Superior	8	12	20
Assistente Técnico	10	10	20
Assistente Operacional	82	46	128
Total	101	69	170

Quadro n.º 2 - N.º Trabalhadores por Escolaridade

Nível de Escolaridade	Dirigente		Técnico Superior		Assistente Técnico		Assistente Operacional		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Menos de 4 anos									0	0
4º ano							21	1	21	1
6º ano							19	7	19	7
9º ano							31	11	31	11
12º ano					10	19	8	21	18	40
Licenciatura	1	1	7	9					8	10
Mestrado			1	3					1	3
Doutoramento									0	0
Total	1	1	8	12	10	19	79	40	98	72



Quadro n.º 3 - Absentismo

	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Total
Casamento				0
Proteção na Parentalidade	42			42
Falecimento de Familiar	9	12	73	94
Doença	83	250	3192	3525
Por acidente em serviço ou doença profissional	131		315	446
Assistência a familiares	33	10	25	68
Trabalhador Estudante	8			8
Por conta do período de férias	41	63	119	223
Com perda de vencimento				0
Cumprimento de pena disciplinar			23	23
Greve		1	8	9
Injustificadas			4	4
Outros	38		46	84
Total	385	336	3805	4526

Quadro n.º 4 - Trabalhadores em situação de Mobilidade

Designação	Situação de Mobilidade ano 2024		
	Mobilidade Intercarreiras	Mobilidade Intercategorias	Mobilidade entre Órgãos
Encarregado Operacional		1	
Assistente Operacional			1
Assistente Técnico	1		
Técnico Superior			
Total	1	1	1

As despesas com pessoal (ótica orçamental) ascenderam, durante o ano 2024, a € 3 814 244,97, o que representa um acréscimo em relação a 2023 de € 373 618,96, mais 10,85%.

Ao longo do ano de 2024, a autarquia candidatou-se aos vários programas de apoio e incentivo ao emprego contando com 21 trabalhadores a exercer funções nos diversos serviços da autarquia.



1.5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2024

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal do Município, em 2024, foi de € 2 779 843,38. De acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas se revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 5 - Limite de Encargos com o Pessoal do Quadro

Receitas Líquidas Correntes - 2023	60%	Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2024
6 739 435,40		4 043 661,24

Quadro n.º 6 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1 761 992,56 €
01.01.13	Subsidio de Refeição - Pessoal dos Quadros	211 627,69 €
01.01.14	Subsidio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	309 050,02 €
TOTAL		2 282 670,27 €

Quadro n.º 7 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2023	25%	Limite das Despesas com Pessoal em Qualq. Outra Situação para 2024
4 043 661,24		1 010 915,31



Quadro n.º 8 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.06	Pessoal Contratado a termo	92 488,15
01.01.07	Pessoal em Regime de tarefa ou Avença	0,00
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	441,20
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	303 461,18
01.01.13	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	47 556,29
01.01.14	Subsidio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	53 226,49
TOTAL		497 173,31 €

1.5 Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2024 foi marcado pela continuação da guerra Rússia-Ucrânia, resultando num aumento da incerteza no panorama geopolítico internacional com um elevado potencial de destabilização de maior impacto nos preços de energia e na confiança dos agentes económicos. A economia mundial (G20) desacelerou, com exceção dos EUA, China e Japão, tendo esta desaceleração sido particularmente acentuada na área do euro. No terceiro trimestre de 2024, o PIB da área do euro registou um aumento de 0,4% em cadeia, acima do esperado, traduzindo em larga medida o ligeiro crescimento da atividade na Alemanha e o maior crescimento da economia francesa associado ao impacto dos Jogos Olímpicos. Nos primeiros três trimestres de 2024, a Alemanha e a Itália apresentaram um desempenho económico bastante aquém do observado na média da área do euro, em contraste com o dinamismo da economia espanhola. As projeções para a atividade na área do euro foram ligeiramente revistas em baixa face a outubro, apontando para crescimentos de 0,7% em 2024, 1,1% em 2025, 1,4% em 2026 e 1,3% em 2027.

O produto interno bruto português cresceu 1,9% em 2024, de acordo com uma estimativa do Instituto Nacional de Estatística (INE) publicada a 30 de janeiro. O consumo das famílias foi o motor do crescimento da economia nacional no ano passado. Este número supera a maioria das projeções de instituições nacionais e internacionais e até a do Governo, que previa um crescimento de 1,8% para o ano passado.

Em 2024, o rendimento disponível real regista um aumento historicamente elevado, que se traduz numa aceleração do consumo privado e numa subida marcada da poupança. O rendimento disponível real aumenta 7,1% (2,7% em 2023) o que compara com um crescimento de 3% do consumo privado (2% em 2023). A aceleração do rendimento disponível é explicada pelo maior contributo das transferências recebidas pelas famílias (nomeadamente pensões) e dos rendimentos de empresas e propriedade (englobando a remuneração do trabalho independente, receitas líquidas de juros, dividendos, rendas, entre outros), bem como pelo contributo da redução dos impostos. As medidas sobre o IRS beneficiam proporcionalmente mais as famílias de maior rendimento (Efeito das alterações ao IRS e às prestações sociais na distribuição do rendimento de 2024 e 2025). A evidência sugere que as famílias de maior rendimento e nos escalões etários mais elevados apresentam maiores taxas de poupança (A distribuição da poupança das famílias em Portugal).



A subida da poupança em 2024 refletirá o impacto das taxas de juro elevadas, motivos de precaução e a reposição do valor real do património financeiro, para além do efeito da composição do aumento do rendimento favorável à poupança. As taxas de juro mais elevadas (face às observadas na década anterior ao surto inflacionista) estarão a induzir as famílias a adiar o consumo, a reduzir empréstimos e a poupar mais. As famílias poderão também estar a constituir poupança para fazer face a futuros choques sobre o rendimento real. A maior precaução dos consumidores é sugerida pela evolução da confiança que, apesar de ter melhorado, permanece em valores baixos face ao dinamismo do rendimento disponível real (Gráfico I.1.6). Finalmente, o surto inflacionista implicou uma redução do poder de compra dos ativos financeiros líquidos detidos pelas famílias, em particular das mais ricas, o que poderá ter também estimulado a poupança no período recente para aumentar o valor real desse património

De acordo com as projeções do Banco de Portugal apresentadas neste Boletim, a despesa líquida regista um elevado crescimento em 2024, estimado em 10,8%, muito acima do crescimento do PIB potencial nominal, de 7,4%.

2 Relato Orçamental

2.1 Orçamento

O Orçamento e Grandes Opções do Plano, preparados de acordo com os princípios da NCP 26, aprovado pelo órgão executivo em 28 de novembro de 2022 e pelo órgão deliberativo a 16 de dezembro de 2022, apresentava valores iniciais de receita e de despesa de € 12 600 000,00.

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, para ocorrência de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de alterações orçamentais. Estas podem ser modificativa ou permutativa, sendo que o aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a alteração orçamental modificativa (anterior revisão), salvo em casos excecionais previstos na lei (pontos 8.3.1.2. e 8.3.1.3. do POCAL), que se mantém em vigor em 2024.

Ao longo de 2024 foram realizadas no Orçamento da Receita 2 Alterações Permutativas e 3 Alterações Modificativas, que conduziram a um acréscimo global do orçamento para € 14.338.468,24 em virtude do reforço criado pelas Alterações Modificativas no valor de € 1.738.468,24 sendo que as diminuições criadas pelas Alterações Modificativas ascenderam a € 3.745.942,92, verificando-se uma redução no Orçamento no valor de € 2.007.474,68, cifrando-se o valor do Orçamento em € 10.592.525,32.

Relativamente ao Orçamento da despesa o mesmo foi objeto de 56 alterações permutativas e 5 alterações modificativas.

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.



Também aqui serão evidenciadas quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos anos.

2.2 Receita Orçamental

No ano financeiro de 2024, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 9 629 253,77, onde se inclui o saldo de gerência transitado de 2023, no montante de € 367 987,36. Nota-se, assim, um acréscimo no Saldo de Gerência de cerca de 100% (€ 183 905,31) relativamente ao ano de 2023.

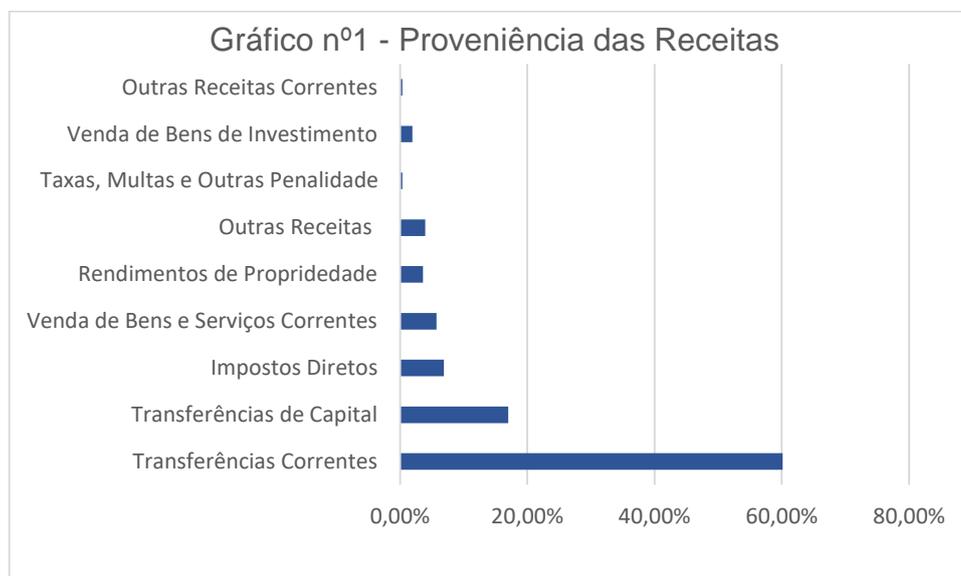
À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado estão representadas no do quadro seguinte, por ordem decrescente:

Quadro n.º 9 – Receitas mais relevantes

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Transferências Correntes	5 789 676,99 €	60%	5 034 582,55 €	59%	15%
Transferências de Capital	1 639 312,19 €	17%	1 564 051,50 €	18%	5%
Impostos Diretos	666 215,49 €	7%	678 099,52 €	8%	-2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	549 888,35 €	6%	546 343,67 €	6%	1%
Rendimentos de Propriedade	345 366,31 €	4%	414 879,57 €	5%	-17%
Outras Receitas	380 488,35 €	4%	237 546,01 €	3%	60%
Taxas, Multas e Outras Penalidade	37 203,32 €	0%	43 355,02 €	1%	-14%
Venda de Bens de Investimento	184 761,82 €	2%	25 031,93 €	0%	638%
Outras Receitas Correntes	36 340,48 €	0%	22 175,07 €	0%	64%
Total	9 629 253,27 €	100%	8 566 064,84 €	100%	12%



O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.



2.2.1 Receitas Correntes

Quadro n.º 10 – Receitas Correntes – Execução Anual

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Transferências Correntes	5 789 676,99 €	78%	5 034 582,55 €	75%	15%
Venda de Bens e Serviços Correntes	549 888,85 €	7%	546 343,67 €	8%	1%
Impostos Diretos	666 215,46 €	9%	678 099,52 €	10%	-2%
Rendimentos de Propriedade	345 366,31 €	5%	414 879,57 €	6%	-17%
Taxas, Multas e Outras Penalidade	37 203,32 €	1%	43 355,02 €	1%	-14%
Outras Receitas Correntes	36 340,48 €	0%	22 175,07 €	0%	64%
Total Receitas Correntes	7 424 691,41 €	1,00 €	6 739 435,40 €	100%	10%

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2024 foi de € 666 215,49, correspondendo a 8,97% das receitas correntes e 6,92% do total da receita. Verificou-se um decréscimo de -16,76% no total dos *Impostos Diretos* (- € 11 884,03) relativamente a 2023. Este acréscimo deveu-se essencialmente ao “*IMI- Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis*” com 32,08% (+ € 81 203,44), e “*IUC- Imposto Único de Circulação*” com 1,29% (+ € 797,35). Em contrapartida o “*IMI- Imposto Municipal sobre Imóveis*” registou um decréscimo com 24,40% (- € 86 262,62) e a “*Derrama*” de 77,93% (- € 7622,23).



A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades* foi de € 37 203,32, que registou um decréscimo de 0,39% (- € 6 151,70), comparativamente a 2023. A contribuição desta receita é de 0,50% para as receitas correntes e de 0,39% para o total da receita. As rúbricas que registaram uma variação negativa mais acentuada são: “*Loteamentos e Obras*” com - 14,85%, (- € 1 448,80), “*Coimas e Penalidades por “Contraordenações”*” com - 47,64% (- € 363), “*Juros Compensatórios*” com - 64,16% (- € 376,45), “*Taxa Municipal de Direitos de Passagem*” de - 26,72% (- € 282,56) e “*Juros de Mora*” de - 54,23% (- € 4 058,32) Contrariamente as seguintes rúbricas sofreram um acréscimo: “*Outros*”, com um acréscimo de 2,17% (+ € 478,40), “*Ocupação da Via Pública*” com 72,43% (+ € 592,41) e “*Mercados e Feiras*” com 169,43% (+ € 77,94). Relativamente às rubricas, “*Caça e Pesca*”, “*Saneamento*”, “*Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação*”, “*Taxa pela emissão do Certificado de Registo*”, “*Taxa de Gestão de Resíduos*”, “*Publicidade*”, “*Utilização da Rede Viária Municipal*”, “*Cemitérios*” “*Multas e Coimas por infração ao Código da Estrada*” e “*Multas e Penalidades Diversas*” à semelhança dos anos anteriores continuaram a não apresentar registos contabilísticos.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, que corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 345 366,31, registando um decréscimo de 4,65% (- € 69 513,). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 4,65% para as receitas correntes e de 3,59% para o total da receita.

Em 2024 o Município recebeu € 5 789 676,99 de *Transferências Correntes*. Correspondendo € 3 383 966,00 ao “Fundo de Equilíbrio Financeiro”, € 85 199,00 ao “Fundo Social Municipal”, € 52 117,00 à “Participação Fixa no IRS”, € 70 029,98 à “Participação do IVA”, € 228 916,20 a “Outros”, € 16 164,28 à rubrica “*Participação Comunitária em Projetos Comunitários*” e € 1 344 192,65 à nova rúbrica “*Transferência de Competências – Lei 50/2018*”. Face a 2023 o total desta rúbrica, registou um acréscimo de 15% (+ € 755 094,44). No que concerne à “Administração Central - Estado” a variação foi a seguinte: “*Outros*” com -9,35% (- € 23 603,01), no que corresponde à rúbrica “*Participação Comunitárias em Projetos-Cofinanciados*” a mesma também apresentou uma variação negativa de 40,88% (- € 11.175,67), resultante da comparticipação Financeira dos seguintes projetos: “*Fruta Escolar*” e “*Projeto Radar Social*”; relativamente ao “*Fundo de Equilíbrio Financeiro*”, cujo valor ascendeu a € 3 383 966,00 registou uma variação negativa de 1,68% (- € 57 994,00) e “*Participação Fixa – IRS*” com 23,85% (- € 16 324,00; contrariamente com variações positivas registaram-se as rúbricas “*Participação do IVA*” com uma alteração de 60,19% (€ 26 313,09) e “*Fundo Social Municipal*”, com 18,59% (+ € 13 356)). A contribuição desta receita é de 77,98% para as receitas correntes e 60,13% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi, em 2024, de € 135 989,55, registando uma diminuição de 1,39% (- € 1 922,67), relativamente a 2023. Esta diminuição corresponde às rúbricas “*Produtos Acabados e Intermédios*” e “*Desperdícios, Resíduos e Refugos*”, sendo o valor da venda de água de € 135 989,55, que registou um decréscimo de 0,67% (- € 922,67). O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 1,83% e de 1,41% nas receitas totais.

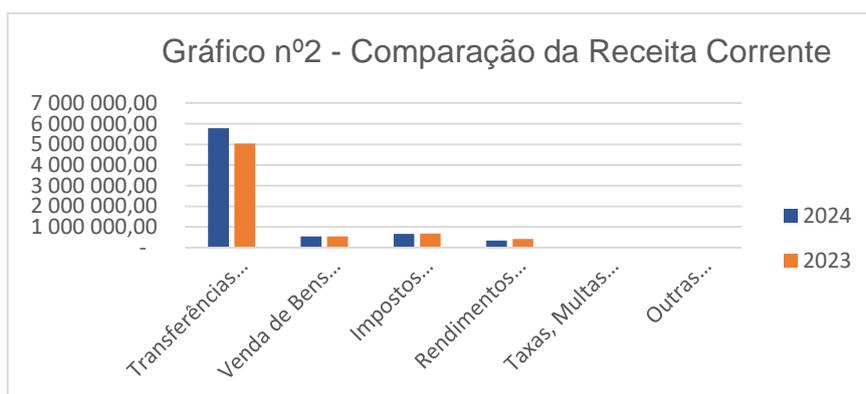
A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 397 028,54, representando um acréscimo de 1,19% (€ 4 661,46) face a 2023. Nos rendimentos gerados pelos serviços prestados assumem maior relevo as atividades reguladas de saneamento, resíduos e componente fixa de água que, no conjunto correspondem a 60,92% da receita de serviços. Comparativamente com 2023 estas atividades registaram um aumento de 1,60%.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e Alugueres* foi de € 16 870,76, registando um acréscimo de 5,02% (+ € 806,39), comparativamente ao ano anterior.



A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2024, registou um valor de € 36 340,48, o que comparativamente ao ano anterior, corresponde a um aumento de 63,88% (+ € 14 165,41).

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de 10,17%, (€ 685 256,01) representado no seguinte gráfico:



O valor do acréscimo das receitas correntes consta no quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível dos “*Rendimentos de Propriedade*” e “*Impostos Diretos*”, na rubrica “*Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis*”.

Quadro n.º 11 – Variação da Receita Corrente

Rúbrica	Δ 24/23	Δ 23/22
Impostos diretos	-1,75%	41%
Taxas, multas e outras penalidades	-14,19%	-20%
Rendimentos de propriedade	-16,76%	75%
Transferências correntes	15,00%	10%
Venda de bens e serviços correntes	0,65%	-3%
Outras receitas correntes	63,88%	24%



2.2.2 - Receitas de Capital

Quadro n.º 12 - Plano de Atividades Municipais - Execução Anual

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Transferências de Capital	1 639 312,19 €	90%	1 564 051,50 €	98%	5%
Venda de Bens de Investimento	184 761,82 €	10%	25 031,93 €	2%	638%
Total Receitas de Capital	1 824 074,01 €	100%	1 589 083,43 €	100%	15%

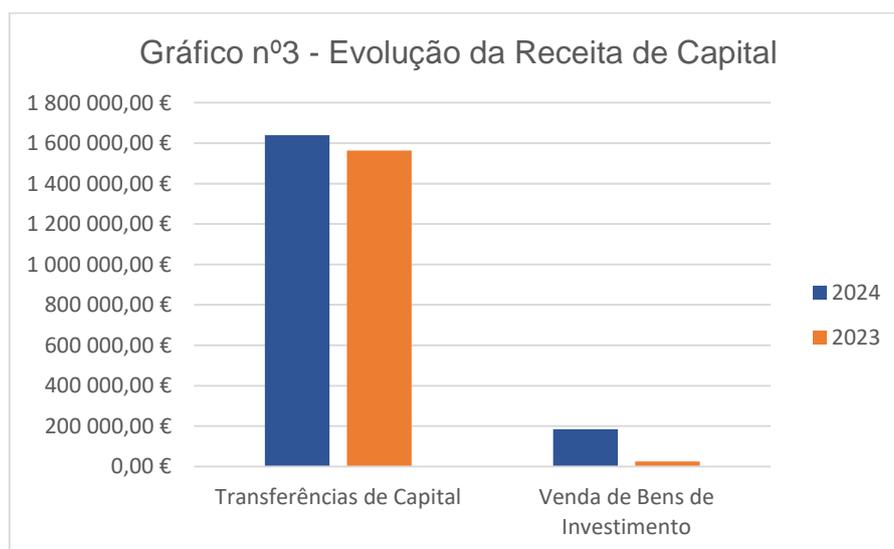
Quadro n.º 13 - Variação da Receita de Capital

Rúbrica	Δ 24/23	Δ 23/22
Venda de bens de investimento	638%	-9%
Transferências de Capital	5%	150%

Em 2024 as receitas de capital, registaram um acréscimo de 14,79%, passando o seu valor de € 1 589 083,43 para € 1 824 074,01. A diferença mais significativa verificou-se na “N.º 3 do artigo 35.º da Lei 73/2013” que registou um aumento de 36,34% (€ 162 351,87).

No que concerne à rubrica “Passivos Financeiros”, em 2024, não foram contraídos empréstimos de Médio e Longo Prazo.

O gráfico seguinte representa a evolução das Receitas de Capital, nos últimos 2 anos.





2.2.3 Outras Receitas

Em 2024 a rubrica “Outras Receitas”, designadamente, “Saldo da Gerência Anterior” no valor de € 367 987,36, foi incorporado na gerência em vigor através da Revisão Orçamental aprovada pela Assembleia Municipal realizada em 22/02/2023, cujo valor foi utilizado integralmente para reforço das receitas correntes, relevando, assim este valor para efeitos do equilíbrio orçamental nos termos do nº 5 do artigo 40.º do REFALEI.

2.2.4 Equilíbrio Corrente

Quadro n.º 14 – Equilíbrio Corrente

Equilíbrio corrente	2024	2023
Receitas brutas correntes	7 852 580,90 €	7 696 905,71 €
Saldo da Gerência anterior afeto a receitas correntes	367 987,36 €	184082,05
Soma	8 220 568,26 €	7 880 987,76 €
Despesas correntes	7 300 631,77 €	6593529,2
Amortizações médias dos Empréstimos	443 568,27 €	472961,23
Soma	7 744 200,04 €	7 066 490,43 €
Excedente	476 368,22 €	814 497,33 €

Temos que as receitas correntes em 2024, conseguiram cobrir as despesas correntes acrescidas da amortização média dos empréstimos. Este excedente foi ainda reforçado com a afetação do saldo de gerência ao reforço das despesas correntes, pelo que o excedente final se situou em 476 368,22 euros.

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se preconizado no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais.

1 - “Os Orçamentos das Entidades do Sector Local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas”

2 – “Sem prejuízo no disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.



5 - Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

Deste modo verificamos que foi dado cumprimento a esta disposição legal.

2.2.5 Execução da Receita

Quadro n.º 15 – Taxa de Execução da Receita

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Rec Cobrada Líquida	Execução 2024 %	Execução 2023 %
R1	Receita Fiscal	747 310,00 €	666 215,46 €	89%	96%
R3	Taxas, multas e outras penalidades	62 010,00 €	37 203,32 €	60%	100%
R4	Rendimento de propriedade	396 500,00 €	345 366,31 €	87%	110%
R5	Transferências e subsídios correntes	5 975 428,00 €	5 789 676,99 €	97%	92%
R6	Venda de bens e serviços	720 900,00 €	549 888,85 €	76%	103%
R7	Outras receitas correntes	486 249,96 €	36 340,48 €	7%	3%
R8	Venda de bens de investimento	189 300,00 €	184 761,82 €	98%	881%
R9	Transferência e subsídios de capital	1 643 560,00 €	1 639 312,19 €	100%	81%
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	100,00 €	12 500,99 €	12501%	242%
R14	Saldo da Gerência Anterior - Operações Orçamentais	367 987,36 €	367 987,36 €	100%	100%
Soma		10 592 525,32 €	9 629 253,77 €		
Taxa de Execução				90,91%	86,27%

O grau de execução do orçamento situou-se em 90,91%, dando assim cumprimento ao mínimo estabelecido de 85% definido no artigo 56.º do REFALEI.



2.2.6 Desempenho orçamental da Receita

Quadro n. 16 – Desempenho Orçamental da Receita por Fonte de Financiamento

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
RA01	Saldo de gerência anterior	300 131,58 €		67 855,78 €	0,00 €	19 638,11 €	387 625,47 €	204 179,82 €
RI01	Operações orçamentais [1]	300 131,58 €		67 855,78 €			367 987,36 €	184 082,05 €
RI02	Devolução do saldo oper.							
RI04	Recebimento do saldo devolvido							
RI03	Operações de tesouraria [A]					19 638,11 €	19 638,11 €	20 097,77 €
RA02	Receita corrente	7 365 885,03 €		58 806,38 €			7 424 691,41 €	6 739 435,40 €
R1	Receita fiscal	666 215,46 €		0,00 €			666 215,46 €	678 099,52 €
R1.1	Impostos diretos	666 215,46 €					666 215,46 €	678 099,52 €
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	37 203,32 €					37 203,32 €	43 355,02 €
R4	Rendimentos de propriedade	345 366,31 €					345 366,31 €	414 879,57 €
R5	Transferências e subsídios correntes	5 730 870,61 €		58 806,38 €			5 789 676,99 €	5 034 582,55 €
R5.1	Transferências correntes	5 730 870,61 €		58 806,38 €			5 789 676,99 €	5 034 582,55 €
R5.1.1	Administrações Públicas	5 730 870,61 €		58 806,38 €			5 789 676,99 €	5 034 582,55 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	5 730 870,61 €		58 806,38 €			5 789 676,99 €	5 034 582,55 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras							
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	549 888,85 €					549 888,85 €	546 343,67 €
R7	Outras receitas correntes	36 340,48 €					36 340,48 €	22 175,07 €
RA03	Receita de capital	1 533 122,68 €		303 452,32 €			1 824 074,01 €	1 589 083,43 €
R8	Venda de bens de investimento	184 761,82 €					184 761,82 €	25 031,93 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 335 859,87 €		303 452,32 €			1 639 312,19 €	1 564 051,50 €
R9.1	Transferências de capital	1 335 859,87 €		303 452,32 €			1 639 312,19 €	1 564 051,50 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 335 859,87 €		303 452,32 €			1 639 312,19 €	1 559 051,50 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	1 335 859,87 €		303 452,32 €			1 639 312,19 €	1 559 051,50 €
R10	Outras receitas de capital							
RA04	Receita efetiva [2]	8 899 007,71 €		362 258,70 €			9 261 266,41 €	8 381 982,79 €
R11	Reposições não abatidas aos	12 500,99 €					12 500,99 €	53 463,96 €
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	9 199 139,29 €		430 114,48 €			9 629 253,77 €	8 566 064,84 €
ROT1	Operações de tesouraria [B]					7 351,64 €	7 351,64 €	1 942,98 €

Em termos globais a receita efetiva atingiu 9 629 253,77 €, correspondendo a um acréscimo de 12,41% face a 2023.



2.3 Despesa Orçamental

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 8 684 212,50, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 7 300 631,77

→ Despesa de Capital: € 1 383 580,73

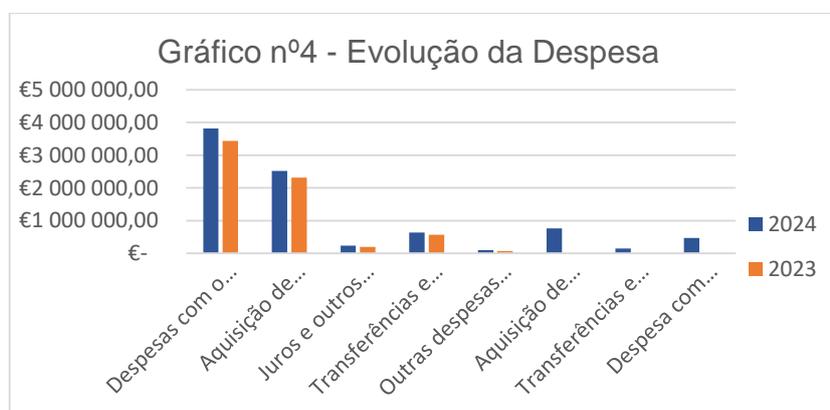
As despesas correntes registaram em 2024 um crescimento de 10,72% (+ € 707 102,57), relativamente ao ano de 2023. Em sentido inverso a despesa de capital registou um decréscimo de 13,78% (-€ 220 967,55).

Relativamente ao valor de obrigações por pagar o valor situou-se em € 64 702,16 e os compromissos que transitaram ascendem a € 253 625,36.

No total da despesa, constata-se que são as despesas com “Pessoal”, € 3 814 244,97, a componente com maior peso, ou seja, representa 52,24% da despesa corrente.

Quadro n.º 17 – Execução da Despesa

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Despesas com o pessoal	3 814 244,97 €	44%	3 440 626,01 €	42%	11%
Aquisição de bens e serviços	2 522 028,08 €	29%	2 311 983,70 €	28%	9%
Juros e outros encargos	232 798,05 €	3%	197 358,74 €	2%	18%
Transferências e subsídios correntes	632 853,28 €	7%	569 882,64 €	7%	11%
Outras despesas correntes	98 707,39 €	1%	73 678,11 €	1%	34%
Aquisição de bens de capital	762 463,14 €	9%	1 074 349,27 €	13%	-29%
Transferências e subsídios de capital	147 703,93 €	2%	69 398,76 €	1%	113%
Despesa com passivos financeiros	473 413,66 €	5%	460 800,25 €	6%	3%
Total	8 684 212,50 €	100%	8 198 077,48 €	100%	6%

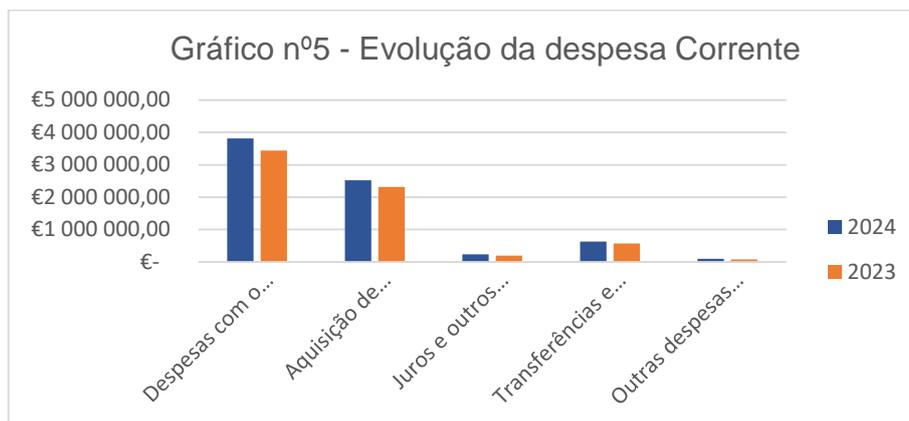




2.3.1 Despesas Correntes

Quadro n.º 18 – Execução da Despesa Corrente

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Despesas com o pessoal	3 814 244,97 €	52%	3 440 626,01 €	52%	11%
Aquisição de bens e serviços	2 522 028,08 €	35%	2 311 983,70 €	35%	9%
Juros e outros encargos	232 798,05 €	3%	197 358,74 €	3%	18%
Transferências e subsídios correntes	632 853,28 €	9%	569 882,64 €	9%	11%
Outras despesas correntes	98 707,39 €	1%	73 678,11 €	1%	34%
Total Receitas Correntes	7 300 631,77 €	100%	6 593 529,20 €	100%	11%



Nas despesas com Pessoal estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos e dos funcionários municipais. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão como em qualquer outra organização, têm um peso importante pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da mesma e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2024, um valor de € 3 814 244,97, registando um acréscimo de 10,85% (+ € 373 618,96), face aos valores apresentados em 2023.

A despesa com a Aquisição de Bens e Serviços foi de € 2 522 028,08, mais 9,08% que em 2023. Esta variação foi fortemente influenciada pela inflação registada durante o ano de 2024.

As rubricas com variações mais significativas e com maior peso no conjunto dos bens e serviços foram:

Despesa paga em gasóleo	79 290,91€	Crescimento	10,06%
Despesa paga em alimentação	62 574,91€	Crescimento	78,77%



Despesa paga em vestuário	16 402,39€	Crescimento	15,36%
Despesa paga de água	281 773,18€	Diminuição	-5,75%
Despesa paga de encargos instalações	170 304,65€	Crescimento	12,47%
Despesa paga em Limpeza e Higiene	314 559,24€	Diminuição	-4,11%
Despesa paga em conservação de bens	52 519,53€	Diminuição	-31,90%
Despesa paga de transportes	57 912,10€	Diminuição	-16,02%
Despesa paga de estudos e consultadoria	60 461,90€	Diminuição	-3,46%

Em 2024 os Juros e Outros Encargos registaram um valor de € 232 798,05, contra € 197 358,74 em 2023. Esta rubrica, agrega os “Juros de empréstimos de médio longo prazo”, cujo total ascendeu a € 216 068,57 contra € 174 372,28 em 2023 e “Outros Juros,” cujo valor ascendeu a € 15 821,18. Estes juros devem-se essencialmente à faturação emitida pela Empresa “Águas de Lisboa e Vale do Tejo S.A” relativamente à sob rubrica “Outros Encargos Correntes da Dívida Pública”, decorrentes do acordo de pagamento em execução.

As Transferências Correntes, em 2024, ascenderam a € 632 853,28 contra € 569 882,64, em 2023.

A Transferências Correntes para as freguesias cresceu 10,99%, situando-se em € 84.322,82 enquanto o valor de comparticipação para a CIMAC registou € 168 386,67, mais 16,56%. O apoio às famílias atingiu € 112 631,64, mais 21,17% que em 2023.

Quadro n.º 19 - Variação da Despesa Corrente

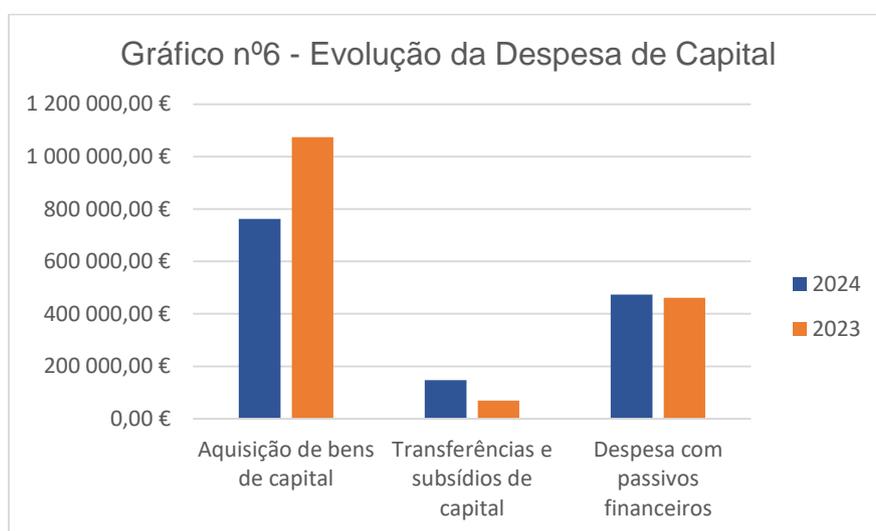
Rúbrica	Δ 24/23	Δ 23/22
Despesas com o pessoal	11%	12%
Aquisição de bens e serviços	9%	16%
Juros e outros encargos	18%	81%
Transferências e subsídios correntes	11%	10%
Outras despesas correntes	34%	-8%



2.3.2 Despesas de Capital

Quadro n.º 20 – Execução da Despesa de Capital

Rúbrica	2024	%	2023	%	Δ 2024/2023
Aquisição de bens de capital	762 463,14 €	55%	1 074 349,27 €	67%	-29%
Transferências e subsídios de capital	147 703,93 €	11%	69 398,76 €	4%	113%
Despesa com passivos financeiros	473 413,66 €	34%	460 800,25 €	29%	3%
Total Receitas de Capital	1 383 580,73 €	100%	1 604 548,28 €	100%	-14%



As despesas de Capital, em 2024, ascenderam a €1 383 580,73, menos € 220 967,55 do que registado em 2023.

A despesa efetuada com a Aquisição de bens de capital, foi de € 762 463,14 contra € 1 074 349,27 em 2023.

Do investimento o valor mais significativo centrou-se na aquisição de um autocarro para transporte coletivo de crianças e aquisição de uma viatura ligeira de passageiros de nove lugares.

Nas transferências de capital o valor mais significativo corresponde ao investimento na eficiência energética.

Relativamente aos Passivos Financeiros, em 2024, a dívida foi amortizada em € 473 413,66.

De referir que 34,21% da amortização de empréstimos corresponde à redução da dívida do reequilíbrio financeiro (PAEL e Saneamento) e acordo de regularização com as águas.



2.3.3 Desempenho orçamental da Despesa

Quadro n.º 21 – Desempenho Orçamental da Despesa por Fonte de Financiamento

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS		
DA01	Despesa corrente	7 300 631,77 €				0,00 €	7 300 631,77 €	6 593 529,20 €
D1	Despesas com o pessoal	3 814 244,97 €					3 814 244,97 €	3 440 626,01 €
D1.1	Remunerações Certas e	2 922 443,90 €					2 922 443,90 €	2 617 150,12 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	143 153,25 €					143 153,25 €	115 656,38 €
D1.3	Segurança social	748 647,82 €					748 647,82 €	707 819,51 €
D2	Aquisição de bens e serviços	2 522 028,08 €					2 522 028,08 €	2 311 983,70 €
D3	Juros e outros encargos	232 798,05 €					232 798,05 €	197 358,74 €
D4	Transferências e subsídios correntes	632 853,28 €					632 853,28 €	569 882,64 €
D4.1	Transferências correntes	632 853,28 €					632 853,28 €	569 882,64 €
D4.1.1	Administrações Públicas	330 125,09 €					330 125,09 €	286 231,68 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	77 415,60 €					77 415,60 €	65 809,96 €
D4.1.1.5	Administração Local	252 709,49 €					252 709,49 €	220 421,72 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	190 096,55 €					190 096,55 €	190 700,77 €
D4.1.3	Famílias	112 631,64 €					112 631,64 €	92 950,19 €
D4.1.4	Outras						0,00 €	
D4.2	Subsídios Correntes						0,00 €	
D5	Outras despesas correntes	98 707,39 €					98 707,39 €	73 678,11 €
							0,00 €	
DA02	Despesa de capital	910 167,07 €	0,00 €	0,00 €			910 167,07 €	1 143 748,03 €
D6	Aquisição de bens de capital	762 463,14 €					762 463,14 €	1 074 349,27 €
D7	Transferências e subsídios de capital	147 703,93 €					147 703,93 €	69 398,76 €
D7.1	Transferências de capital	147 703,93 €					147 703,93 €	69 398,76 €
D7.1.1	Administrações Públicas	47 819,43 €					47 819,43 €	21 775,83 €
D7.1.1.5	Administração Local	47 819,43 €					47 819,43 €	21 775,83 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	99 884,50 €					99 884,50 €	47 622,93 €
DA03	Despesa efetiva [5]	8 210 798,84 €					8 210 798,84 €	7 737 277,23 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	473 413,66 €					473 413,66 €	460 800,25 €
D10	Despesa com passivos	473 413,66 €					473 413,66 €	460 800,25 €
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	8 684 212,50 €					8 684 212,50 €	8 198 077,48 €
DOT1	Operações de tesouraria [C]					6 309,16 €	6 309,16 €	2 402,64 €
DA06	Saldo para a gerência seguinte	514 926,79 €		430 114,48 €		20 680,59 €	965 721,86 €	387 625,47 €
DA07	Operações orçamentais [8] =	514 926,79 €		430 114,48 €			945 041,27 €	367 987,36 €
DA08	Operações de tesouraria					20 680,59 €	20 680,59 €	19 638,11 €
DA09	Saldo global [2] - [5]	688 208,87 €		362 258,70 €			1 050 467,57 €	644 705,56 €
DA10	Despesa primária	7 978 000,79 €					7 978 000,79 €	7 539 918,49 €
DA11	Saldo corrente	65 253,26 €		58 806,38 €			124 059,64 €	145 906,20 €
DA12	Saldo de capital	610 454,62 €		303 452,32 €			913 906,94 €	445 335,40 €
DA13	Saldo primário	921 006,92 €		362 258,70 €			1 283 265,62 €	842 064,30 €
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	9 199 139,29 €		430 114,48 €			9 629 253,77 €	8 566 064,84 €
DA15	Despesa total [5] + [6]	8 684 212,50 €					8 684 212,50 €	8 198 077,48 €

O município mantém os saldos primário e de capital positivos, o que significa que existe investimento financiado por receitas correntes.



Quadro n.º 22 - Taxa de Execução da Despesa

Rubrica	Designação	Previsões Corrigidas	Desp Paga	Peso	Execução %
D1	Despesas com o pessoal	3 913 777,00 €	3 814 244,97 €	43,92%	97,46%
D2	Aquisição de bens e serviços	3 189 803,00 €	2 522 028,08 €	29,04%	79,07%
D3	Juros e outros encargos	288 090,00 €	232 798,05 €	2,68%	80,81%
D4	Transferências e subsídios correntes	738 765,32 €	632 853,28 €	7,29%	85,66%
D5	Outras despesas correntes	131 500,00 €	98 707,39 €	1,14%	75,06%
D6	Aquisição de bens de capital	1 618 890,00 €	762 463,14 €	8,78%	47,10%
D7	Transferências e subsídios de capital	237 940,00 €	147 703,93 €	1,70%	62,08%
D10	Despesa com passivos financeiros	473 760,00 €	473 413,66 €	5,45%	99,93%
	Despesa Corrente	8 261 935,32 €	7 300 631,77 €	84,07%	88,36%
	Despesa Capital	2 330 590,00 €	1 383 580,73 €	15,93%	59,37%
	Total da Despesa	10 592 525,32 €	8 684 212,50 €	100,00%	81,98%

2.4 Compromissos / Fundos disponíveis

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local: 1) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 6 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 6 meses seguintes; 4) o produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.



Conforme se pode aferir dos quadros abaixo o município dispôs de uma margem confortável de fundos disponíveis para assumir todos os seus compromissos.

Quadro n.º 23 - Compromissos e Obrigações Futuras

Compromissos	Compromissos a Transitar		Compromissos Futuros			
		n+1	n+2	n+3	n+4	Seguintes
9 002 540,02 €	253 625,36 €	1 936 421,65 €	655 451,00 €	590 277,39 €	579 054,33 €	2 320 649,38 €

Obrigações	Obrigações a Transitar		Obrigações Futuros			
		n+1	n+2	n+3	n+4	Seguintes
8 748 914,66 €	64 702,16 €	557 928,59 €	591 024,78 €	585 002,91 €	500 818,17 €	2 320 649,38 €

O grau de execução dos compromissos assumidos situou-se nos 84,98% e das obrigações assumidas 82,59% foram pagas. Relativamente a exercícios futuros verifica-se que grande parte do valor dos compromissos e obrigações decorre da dívida de médio e longo prazo, sem que este constitua um obstáculo ao futuro.

O quadro seguinte, apresenta-se a evolução dos Fundos Disponíveis durante o ano de 2024, evidenciando que o município sempre dispôs de verbas relativamente altas para fazer face a todos os seus compromissos ao longo do ano em análise.

Quadro n.º 24 - Fundos Disponíveis

Fundos Disponíveis		
Meses	início	fim
janeiro	5 052 217,44 €	1 590 729,02 €
fevereiro	1 939 226,64 €	1 713 822,51 €
março	2 143 516,84 €	1 937 499,29 €
abril	2 706 098,36 €	2 503 978,58 €
maio	3 154 357,81 €	2 794 972,70 €
junho	3 522 013,83 €	3 285 183,33 €
julho	3 528 223,98 €	3 319 265,12 €
agosto	3 766 422,04 €	3 300 523,76 €
setembro	3 667 427,83 €	3 331 401,89 €
outubro	3 943 614,17 €	3 809 647,15 €
novembro	4 988 883,12 €	4 968 706,61 €
dezembro	3 376 025,92 €	4 094 883,34 €



2.5 Execução das Grandes Opções do Plano

Quadro n.º 25 - Execução das GOP's

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2024
Funções Gerais	413 063,00	282 871,18	68%
Funções Sociais	2 153 336,00	1 159 855,53	54%
Funções Económicas	387 550,00	319 616,38	82%
Outras Funções	1 191 214,32	1 013 926,45	85%
Total	4 145 163,32	2 776 269,54	66,98%

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Plano Atividades Municipais (PAM), onde estão retratadas as transferências para despesas corrente, bem como outras atividades relevantes. Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano – interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano. O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2024, uma dotação total definida no montante de € 4 145 163,32, obtendo uma execução financeira anual de 66,98%, registando um decréscimo na execução na ordem dos 8,81% (- € 335 934,32).

O Plano de Atividades Municipais (PAM) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todas as atividades a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Na gerência de 2024, obteve uma execução financeira anual de 87,33%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 93,61%, as *Funções Sociais* 79,81% as *Funções Económicas* 96,11%, relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 91,14%.

No que concerne ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é apresentado para um período de quatro anos e inclui todos os projetos de investimento a realizar no âmbito dos objetivos estabelecidos pela Autarquia. Constitui um elemento primordial e estruturante das políticas macroeconómicas e onde são definidas e enquadradas as linhas estratégicas da gestão municipal. No ano de 2024, obteve uma execução financeira anual de 45,11%, relativamente ao previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 55,85%, as *Funções Sociais* 38,34%, as *Funções Económicas* 76,29% e relativamente às *Outras Funções* a execução foi de 25,54%.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, deveu-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos que obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.



Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em PAM e PPI para 2024, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo.

Quadro n.º 26 - Plano de Atividades Municipais - Execução Anual

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2024	% Execução 2023
Funções Gerais				
Objetivos:				
Segurança e Ordem Públicas	138 150,00	129 326,31	94%	97,35%
Sub Total	138 150,00	129 326,31	93,61%	97,35%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Educação	334 450,00	236 282,27	70,65%	87,55%
Saúde	59 000,00	37 581,00	63,70%	70,18%
Acção Social	136 068,00	98 016,97	72,04%	89,88%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	276 378,00	271 340,19	98,18%	96,45%
Sub Total	805 896,00	643 220,43	79,81%	90,07%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Comércio e Turismo	112 680,00	110 476,16	98,04%	91,58%
Outras Funções Económicas	8 170,00	5 670,00	69,40%	32,50%
Sub Total	120 850,00	116 146,16	96,11%	89,86%
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	695 050,00	690 390,53	99,33%	91,06%
Transferências entre Administrações	306 937,32	237 970,82	77,53%	89,02%
Diversas não Especificadas	79 800,00	57 612,67	72,20%	94,20%
Sub Total	1 081 787,32	985 974,02	91,14%	90,67%
TOTAL GERAL	2 146 683,32	1 874 666,92	87,33%	90,89%



Quadro n.º 27 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	Previsto	Pago	% Execução 2024	% Execução 2023
Funções Gerais				
Objetivos:				
Serviços Gerais de Administração Pública	195 150,00	97 102,53	49,76%	23,74%
Segurança e Ordem Públicas	79 763,00	56 442,34	70,76%	46,22%
Sub Total	274 913,00	153 544,87	55,85%	32,00%
Funções Sociais				
Objetivos:				
Educação	215 840,00	202 338,97	93,74%	37,35%
Saúde	30 600,00	875,00	2,86%	0,56%
Segurança e Acção Social	429 500,00	7 207,50	1,68%	79,90%
Habituação e Serviços Coletivos	371 333,00	161 943,08	43,61%	0,58%
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	300 167,00	144 270,55	48,06%	81,09%
Sub Total	1 347 440,00	516 635,10	38,34%	62,38%
Funções Económicas				
Objetivos:				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	4 000,00	2 594,32	64,86%	0,00%
Indústria e Energia	5 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Transportes e Comunicações	225 100,00	194 279,56	86,31%	71,40%
Comércio e Turismo	27 600,00	6 596,34	23,90%	37,26%
Outras Funções Económicas	5 000,00	0,00	0,00%	0,00%
Sub Total	266 700,00	203 470,22	76,29%	58,57%
Outras Funções				
Objetivos:				
Transferências entre Administrações	104 827,00	27 221,34	25,97%	14,25%
Diversas não Especificadas	4 600,00	731,09	15,89%	66,11%
Sub Total	109 427,00	27 952,43	25,54%	25,50%
TOTAL GERAL	1 998 480,00	901 602,62	45,11%	55,01%

Os gráficos que se seguem demonstram o valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2024 e evolução dos valores previstos e executados, nos últimos dois anos.

Gráfico n.º 7 - Execução das Grandes Opções do Plano

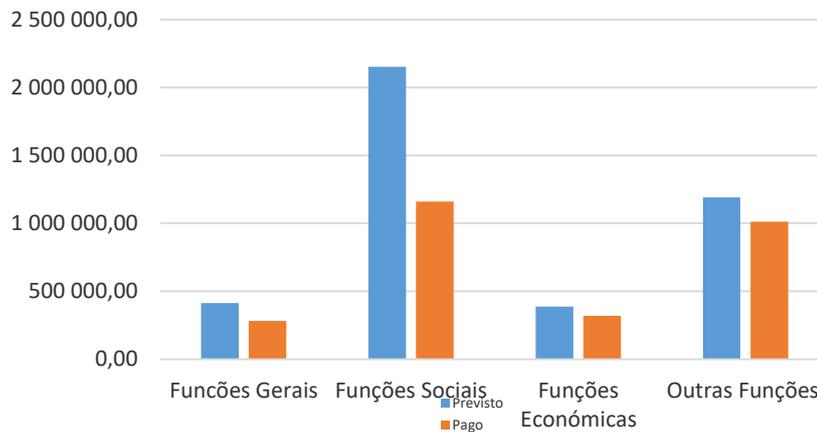
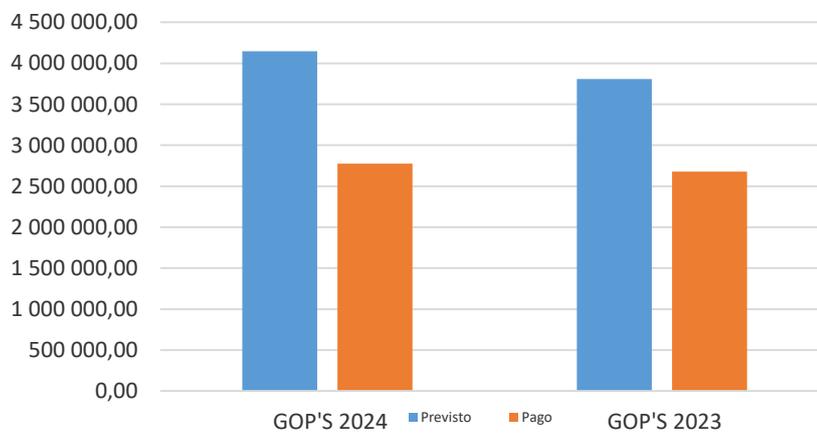


Gráfico n.º 8 - Execução das Grandes Opções do Plano 2023/2024





2.6 Indicadores Orçamentais

Quadro n.º 28 - Indicadores de Desempenho Orçamental

Indicadores	2024		2023	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
Grau de Execução Orçamental da Receita (Receita cobrada líquida / Previsões corrigidas)	9 629 253,77 € 10 592 525,32 €	90,91%	8 566 064,84 € 9 929 074,00 €	86,27%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (Despesas Pagas / Dotações Corrigidas)	8 684 212,50 € 10 592 525,32 €	81,98%	8 198 077,48 € 9 929 074,00 €	82,57%
Saldo Corrente (Receita corrente - despesa corrente)	7 424 691,41 € 7 300 631,77 €	124 059,64 €	6 739 435,40 € 6 593 529,20 €	145 906,20 €
Saldo De Capital (Receita de capital - despesa de capital)	1 824 074,01 € 1 383 580,73 €	440 493,28 €	1 589 083,43 € 1 143 748,03 €	445 335,40 €
Saldo Primário (Receita efetiva - Despesa efetiva - juros e outros encargos)	9 261 266,41 € 7 558 000,79 €	1 703 265,62 €	8 381 982,79 € 7 539 918,49 €	842 064,30 €
Saldo Global (Receita efetiva - Despesa efetiva)	9 261 266,41 € 8 210 798,84 €	1 050 467,57 €	8 381 982,79 € 7 737 277,23 €	644 705,56 €
Grau de Realização das Liquidações (Receita cobrada Líquida / Receita Cobrada Bruta)	9 629 253,77 € 10 139 690,44 €	94,97%	8 566 064,84 € 9 753 572,28 €	87,82%
Grau de Execução das Obrigações (Despesa paga / Obrigações)	8 684 212,50 € 8 748 914,66 €	99,26%	8 198 077,48 € 8 295 023,19 €	98,83%



Quadro n.º 29 - Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	2024		2023	
	Valores	Resultado	Valores	Resultado
1 Amortização Empréstimos+juros Emp / FEF + FSM + Pirs+ IVA + n. 3 art. 35 lei 73/2013	706 211,71 € 5 185 411,74 €	13,62%	635 172,53 € 4 455 140,89 €	14,26%
2 Amortização Empréstimos+juros Emp / Receita cobrada líquida	706 211,71 € 9 629 253,77 €	7,33%	635 172,53 € 8 566 064,84 €	7,41%
3 Amortização Empréstimos+juros Emp / Despesa paga	706 211,71 € 8 684 212,50 €	8,13%	635 172,53 € 8 198 077,48 €	7,75%

3. Relato financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior (POCAL), de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Mourão.



3.1 Análise ao Balanço

Quadro n.º 30 – Análise ao Balanço

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente		15 844 254,42 €	16 069 213,99 €
Ativos fixos tangíveis	5	15 398 491,84 €	15 562 828,29 €
Ativos intangíveis	3	36 189,42 €	62 672,67 €
Investimentos Participações financeiras	18.1.3	233 446,01 €	233 446,01 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1.1	510,06 €	
Diferimentos	30.2.1	175 617,09 €	205 006,36 €
Outras contas a receber	18.1.1		5 260,66 €
Ativo corrente		1 594 569,09 €	1 475 308,00 €
Inventários	10	45 057,31 €	26 446,84 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1.1	14 681,40 €	476 901,86 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1.1	66 462,91 €	79 283,51 €
Estado e outros entes públicos	18.1.1	4 218,29 €	1 093,29 €
Outras contas a receber	18.1.2	450 065,61 €	450 802,06 €
Diferimentos	30.2.1	48 361,71 €	53 154,97 €
Caixa e depósitos	1.4	965 721,86 €	387 625,47 €
Total do ativo		17 438 823,51	17 544 521,99
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	30.1	29 286 357,66 €	29 286 357,66 €
Resultados transitados	30.1	-24 276 251,50 € -	23 302 500,23 €
Outras variações no património líquido	30.1	7 007 245,73 €	5 320 743,22 €
Resultado líquido do período	30.1	-728 112,50 € -	1 388 918,06 €
Total do Património Líquido		11 289 239,39 €	9 915 682,59 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		4 380 243,62 €	4 835 608,55 €
Provisões	15	824,31 €	25 772,41 €
Financiamentos obtidos	18.2.1	3 388 998,00 €	3 830 302,04 €
Diferimentos	30.2.2	989 736,85 €	977 415,32 €
Outras contas a pagar	18.2.2	684,46 €	2 118,78 €
Passivo corrente		1 769 340,50 €	2 793 230,85 €
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	18.2.1	200 573,17 €	228 187,30 €
Fornecedores	18.2.1	49 230,66 €	72 496,70 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.2.1	212 132,92 €	183 727,93 €
Estado e outros entes públicos	18.2.1	15 471,50 €	79 790,36 €
Financiamentos obtidos	18.2.1	409 441,99 €	441 551,61 €
Outras contas a pagar	18.2.2	622 649,97 €	567 785,05 €
Diferimentos	30.2.2	259 840,29 €	1 219 691,90 €
Total do Passivo		6 149 584,12	7 628 839,40
Total do Património Líquido e Passivo		17 438 823,51	17 544 521,99



Em 2024 o ativo do Município de Mourão atingiu os € 17 438 823,51 o que significa um decréscimo de cerca de 0,61 % face ao ano anterior. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Os ativos fixos tangíveis representam 88,30% do total do ativo, registando um decréscimo líquido de € - 164 336,45.

Os ativos intangíveis registaram uma diminuição de 42,26% no valor escriturado.

A participação financeira mantém o seu montante inalterável.

O ativo corrente reflete um acréscimo de € 119 261,09 relativamente a 2023, decorrente, fundamentalmente, do significativo aumento da conta disponibilidades, com um aumento de € 578 096,39, bem como o saldo dos inventários num total de € 45 057,31, contrariamente registaram variação negativa os “Devedores por Transferências e subsídios não reembolsáveis menos € 462 220,46.

A rubricas clientes, contribuintes e utentes, bem como a respetiva conta de imparidades registam ambas um decréscimo face ao anterior, devido, fundamentalmente ao facto de terem sido desreconhecidas valores de dívida que se encontravam prescritas. Os diferimentos ascendem a € 223 978,80 (dos quais 175 mil euros se encontram reconhecidos em ativos não correntes) e dizem respeito a gastos a reconhecer inerentes ao processo da eficiência energética (iluminação pública).

Em relação ao passivo, o Município de Mourão fechou o ano com um valor de € 6 149 584,12, sendo constituído em 71,22% por passivo não corrente. De seguida, pode verificar-se a evolução das suas rubricas:

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve um aumento de 19,40%.

Relativamente ao valor de outras contas a pagar dizem respeito a acréscimos de gastos, com peso preponderante da rubrica de gastos com pessoal relativa a férias e subsídio de férias.

Foi reconhecida uma provisão referente ao processo 40/23.1BEBJA do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local em representação de Maria Ivone Fragoso Fonseca

Os fundos próprios do Município registam um aumento de 13,85%, sendo fortemente influenciados pelas “Outras variações no Património Líquido” € 7 007 245,78, + 31,69% comparativamente ao ano de 2023.



3.2 Análise à Demonstração de Resultados

A Demonstração dos resultados apresenta uma síntese da situação financeira baseada na estrutura de gastos e rendimentos de diversas naturezas.

O resultado líquido de 2024 é negativo em (- € 728 112,50), consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza e que se encontram fortemente influenciados pelas depreciações no montante de € 1 343 825,98. A estrutura de gastos e perdas apresentou um aumento na ordem dos 5,60%, enquanto a estrutura de rendimentos e ganhos apresentou um aumento na ordem dos 15,82%.

De referir que o EBITDA (resultado antes de depreciações e gastos de financiamento) é positivo em € 875 502,19.

Quadro n.º 31 – Análise à Demonstração de Resultados

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14/30.3 +	763 906,19 €	553 842,39 €
Vendas	13/ 30.3 +	145 817,25 €	149 380,63 €
Prestações de serviços e concessões	13/30.3 +	797 547,94 €	784 106,68 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13/30.3 +	5 848 101,78 €	5 034 582,55 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10/30.4 -	-571 663,67 €	-380 105,28 €
Fornecimentos e serviços externos	30.4.2 -	-1 902 653,54 €	-1 754 428,42 €
Gastos com pessoal	19 -	-3 801 792,67 €	-3 538 200,74 €
Transferências e subsídios concedidos	30.4.1 -	-821 328,89 €	-675 548,13 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	9/10/30.3 +/-		2 773,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9/30.3 +/-	2 058,26 €	-12 218,64 €
Provisões (aumentos/reduções)	15/30.3 +/-	24 948,10 €	-824,31 €
Outros rendimentos e ganhos	30.3 +	790 941,53 €	706 441,13 €
Outros gastos e perdas	30.4 -	-400 380,09 €	-605 130,24 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		875 502,19 €	264 670,62 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	30.4.3/5/3 +/-	-1 343 825,98 €	-1 501 565,20 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-468 323,79 €	-1 236 894,58 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13/30.3 +	2 050,37 €	
Juros e gastos similares suportados	7/30.4 -	-261 839,08 €	-152 023,48 €
Resultado antes de impostos		-728 112,50 €	-1 388 918,06 €
Resultado líquido do período		-728 112,50 €	-1 388 918,06 €
Resultado líquido do período atribuível a:			



3.3 Disponibilidades

Em 2024/12/31, as disponibilidades totais eram de € 965 721,86, sendo que € 945 041,27 correspondiam a operações orçamentais e € 20 680,59 a operações não orçamentais. No final de 2024 o saldo de Gerência foi de € 965 721,86, dos quais € 945 041,27 correspondem ao saldo orçamental e € 20 680,59 a saldo não orçamental. Tendo ocorrido um aumento face ao ano anterior de € 578 096,39 (149,13%).

3.4 Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros:

Quadro n.º 32 – Indicadores Económico-Financeiros

Indicador	Rácio	Ano 2024			Ano 2023		
Autonomia financeira	Património Líquido / Ativo	11 289 239 €	17 438 824 €	64,7%	9 915 683 €	17 544 522 €	56,5%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	11 289 239 €	6 149 584 €	183,6%	9 915 683 €	7 628 839 €	130,0%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	1 594 569 €	1 769 341 €	90,1%	1 475 308 €	2 793 231 €	52,8%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	1 549 512 €	1 769 341 €	87,6%	1 448 861 €	2 793 231 €	51,9%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	965 722 €	1 769 341 €	54,6%	387 625 €	2 793 231 €	13,9%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	- 728 113 €	11 289 239 €	-6,4%	- 1 388 918 €	9 915 683 €	-14,0%

3.5 Endividamento Municipal

A Lei n.º 73/2013 alterada pela Lei n.º 29/2023, de 04 de julho estabeleceu um novo conceito de endividamento, que é a dívida total de operações orçamentais. Tem como objetivo retirar do cálculo do montante da dívida da autarquia os valores resultantes de operações não orçamentais, como por exemplo as cauções.

O limite da dívida total é calculado por 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Caso o município tenha uma dívida total inferior ao limite apurado, ele só poderá aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 40% (Artigo 3.º da Lei n.º 29/2023) da margem disponível no início de cada um dos exercícios.



No quadro seguinte apresentamos a situação no ano de 2024 do Município de Mourão face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2024, não excede o limite de endividamento

Quadro n.º 33 – Limite da Dívida Total

MODELO 15 - Limite da dívida total								
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MOURÃO								
Período de relato: 01-01-2024 a 31-12-2024								
ENTIDADES	Receita Corrente Líquida Cobrada				Limite ano N	Dívida Total Ano N	Margem/Excesso	
	Anos			Média			Valor absoluto	%
	Ano N-3	Ano N-2	Ano N-1					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = [(2)+(3)+(4)]/3	(6) = 1,5 * (5)	(7)	(8) = (7) - (6)	(9) = (8) / (6)
Município	6 041 735,05 €	5 922 223,21 €	6 739 435,40 €	6 234 464,55 €	9 351 696,83 €	4 276 264,84 €	- 5 075 431,99 €	-54%
Entidades intermunicipais:								
Comunidade Intermunicipal						30 630,70 €		
Entidades associativas municipais:								
Associações de Municípios						823,34 €		
Empresas participadas						1 868,98 €		
Cooperativas						- €		
Fundações						- €		
Entidades de outra natureza						- €		
TOTAL	6 041 735,05 €	5 922 223,21 €	6 739 435,40 €	6 234 464,55 €	9 351 696,83 €	4 309 587,86 €	- 5 042 108,97 €	-54%

Quadro n.º 34 – Endividamento Municipal

Endividamento				
ENTIDADES	Dívida Total Ano 2024	Dívida Total Ano 2023	Δ 2024/2023	Δ 2024/2023
(1)	(7)	(7)		
Município	4 276 264,84 €	4 840 024,92 €	- 563 760,08 €	-13,18%
Serviços Municipalizados	- €	- €	- €	
Serviços Intermunicipalizados	- €	- €	- €	
Entidades intermunicipais:				
Área Metropolitana	- €	- €	- €	
Comunidade Intermunicipal	30 630,70 €	45 523,88 €	- 14 893,18 €	-48,62%
Entidades associativas municipais:				
Associações de Freguesias	- €	- €	- €	
Associações de Municípios	823,34 €	887,07 €	- 63,73 €	-7,74%
Empresas locais	- €	- €	- €	
Empresas participadas	1 868,98 €	1 754,99 €	113,99 €	6,10%
Cooperativas	- €	- €	- €	
Fundações	- €	- €	- €	
Entidades de outra natureza	- €	- €	- €	
TOTAL	4 309 587,86 €	4 888 190,86 €	- 578 603,00 €	-13,43%



Este quadro traduz a evolução do Endividamento, existindo uma redução de € 578 603,00 (-13,43%), face ao ano de 2023, prosseguindo o Município na redução do valor da dívida total.

4. Contabilidade de Gestão

O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

O POCAL, entretanto revogado pelo SNC-AP, no seu artigo 5.º, determinava que a contabilidade de custos constitui um importante instrumento de gestão financeira (...) para o apuramento de custos por funções e para a determinação dos custos subjacentes à fixação das tarifas e dos preços, a NCP 27 amplia a abrangência da finalidade, ao determinar que a contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos (...) para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios:

- (a). No processo de elaboração de orçamentos (...);
- (b). Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos;
- (c). Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo;
- (d). No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços;
- (e). Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia e qualidade) de programas;
- (f). Na fundamentação económica de decisões de gestão.

Adicionalmente, dispõe que a contabilidade de gestão proporciona informação dos custos ambientais. No SNC-AP, o objeto de custo é ampliado (atividade, programa, bem, serviço), estabelecendo que devem ser utilizadas bases de imputação múltiplas, nomeadamente quando os gastos indiretos têm um valor significativo em relação aos gastos totais.

Apesar da evolução verificada neste último ano, ainda há caminho a percorrer, nomeadamente a implementação de um verdadeiro sistema de contabilidade de gestão, que para além dos gastos também passe a alocar as respetivas receitas dos bens, serviços e funções, possibilitando obter indicadores e analisar os desvios para acompanhar e controlar a gestão dos projetos.

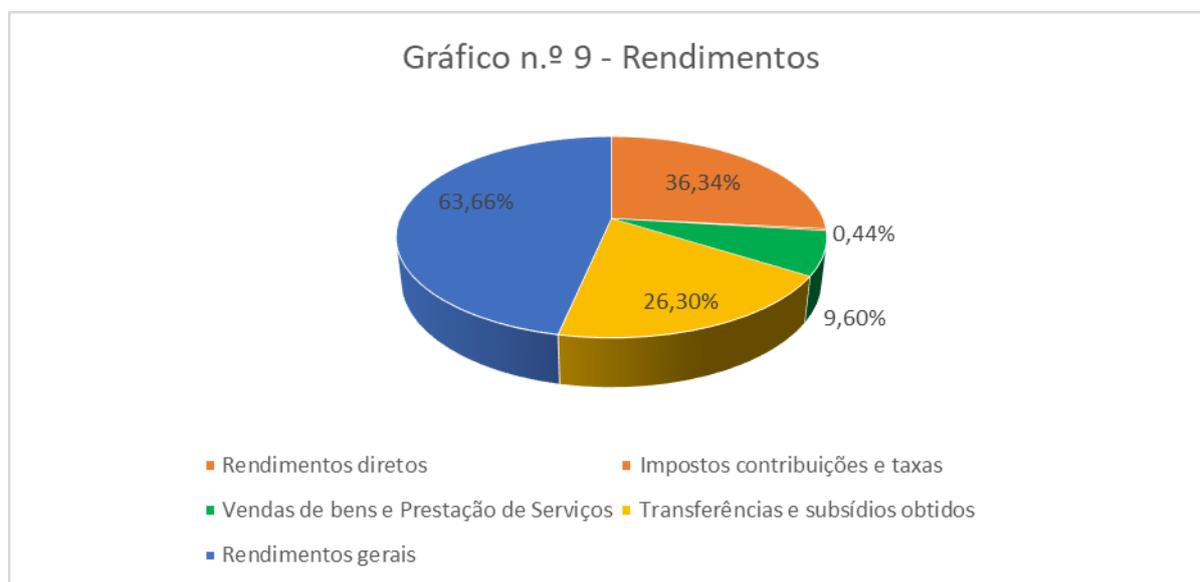


No ano de 2023 foi criado um novo plano com enquadramento em SNC-AP, com apuramento dos gastos e dos rendimentos. Porém face à escassez de recursos, os dados apresentados no balancete carecem de uma análise mais cuidada, apuramento dos desvios, entre outras.

Este são os valores apurados através dos mapas da Contabilidade de Gestão:

Quadro n.º 35 – Rendimentos

Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Rendimentos diretos	- €	2 978 371,22 €	36,34%
Impostos contribuições e taxas	- €	35 782,85 €	0,44%
Vendas de bens e Prestação de Serviços	- €	786 936,26 €	9,60%
Transferências e subsídios obtidos	- €	2 155 652,11 €	26,30%
Rendimentos gerais	- €	5 217 972,49 €	63,66%
		8 196 343,71 €	100%





Quadro n.º 36 – Gastos por Funções

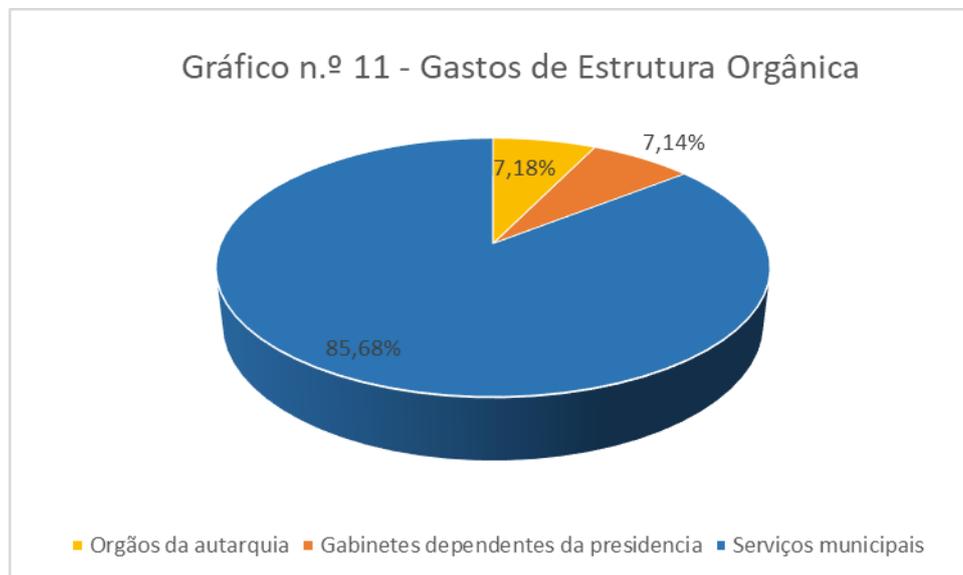
Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Funções Gerais	313 698,59 €	- €	6,78%
Funções Sociais	2 448 004,50 €	- €	52,88%
Funções económicas	1 007 634,30 €	- €	21,77%
Outras funções	859 809,57 €	- €	18,57%
total	4 629 146,96 €		100%





Quadro n.º 36 – Gastos por Unidade Orgânica

Designação	DÉBITO	CRÉDITO	%
Orgãos da autarquia		315 515,09 €	7,18%
Assembleia Municipal		13 100,90 €	4,15%
Câmara Municipal		302 414,19 €	95,85%
Gabinetes dependentes da presidência		313 488,68 €	7,14%
Gabinete de Apoio à Presidência		93 585,09 €	29,85%
Serviço de Protecção Civil		38 306,15 €	12,22%
Serviço de Saúde Pública e Veterinária		28 577,84 €	9,12%
Comunicação, Eventos e desenvolvimento		22 155,49 €	7,07%
Desin e Comunicação		14 848,15 €	4,74%
Gabinete de Turismo		116 015,96 €	37,01%
Serviços municipais		3 764 226,83 €	85,68%
Departamento de Serviços Técnicos, Administração e Sustentabilidade Social		463,85 €	0,01%
Divisão Administrativa e Financeira e de desenvolvimento Económico		447 588,74 €	11,89%
Divisão de Ambiente, Obras e Urbanismo		1 170 237,36 €	31,09%
Unidade de Sustentabilidade Social, Cultural e desporto		787 370,24 €	20,92%
Gastos Comuns de Estrutura		1 358 566,64 €	36,09%
total		4 393 230,60 €	100%





5. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo do exercício, no montante de € 728 112,50 euros, seja transferido para resultados transitados.

6. Acontecimentos após a data de relato

Publicação da Orientação Técnica n.º 1, pela Comissão de Normalização Contabilística, sobre “Reconhecimento dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. A presente nota técnica consta da nota 30.9 do Vol. II – Demonstrações financeiras

Mourão, 11 de abril de 2025

O Presidente do Órgão Executivo

João Filipe Cardoso Fernandes Fortes